

MULHERES DOUTORAS NEGRAS DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA NO BRASIL: Reflexões Prévias¹

Rejane Maria da Silva Farias²
Joselina da Silva

Eu sei dos números que eu represento e quero que outras mulheres olhem para mim e vejam que é possível. Eu combato todos os dias um cenário que contrasta de mim só por estar aqui, mas eu quero mais que isso. Precisamos entender que todos os ambientes são nossos e lutar uns pelos outros.

Sonia Guimarães

RESUMO

A pretensão deste trabalho é aportar alguma contribuição sobre a participação feminina numa perspectiva de gênero e raça, isto é, que se preocupe em compreender a vinculação da mulher negra doutora na área das Ciências da Natureza no Brasil. A pesquisa analisa dados sobre os percentuais de participação feminina, masculina e feminina negra em algumas áreas científicas e elabora um confronto de informações que permite refletir sobre a visibilidade e conseqüentemente a falta desta, tomando em consideração a história de luta do feminismo negro. A análise evidencia que socialmente as mulheres negras estão invisíveis em áreas científicas determinadas e que esta falta desta visibilidade nega lugares de fala e de direitos a todas. Para embasar as provocações propostas será buscado apoio nas colocações de Meluci (1989), Santos (2009), Fanon (2020), dentre outros.

Palavras-chave: Gênero; Raça; Ciência.

Sobre o feminismo e a história das mulheres negras

Iniciemos as proposições pretendidas através deste trabalho pelas formas de organizações sociais e as representatividades femininas negras em espaços coletivos. Empiricamente se nota que não há igualdade de participação com relação ao gênero em todas as áreas do conhecimento. Uma breve observação em alguns setores da sociedade será suficiente para demonstrar que o número de mulheres participando de alguns espaços é visivelmente reduzido quando comparados aos números de homens na mesma atividade. Agregue-se a isto o fator gênero e raça, a participação feminina negra é muito inferior quando se compara, dentro da mesma

¹ Este trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida na tese de Doutorado “Mulheres Doutoradas Negras nas Ciências da Natureza Brasileira e Colombianas: vozes, tempos, lugares e trajetórias”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ.

² Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ, mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática – Ensino de Física pela UEPB, licenciada em Física pela UEPB.

modalidade, com a participação feminina branca. Isso foi possível ser percebido também dentro do movimento feminista.

Segundo Meluci (1989), nos últimos 20 anos surgiram novas formas de organização e lutas coletivas em áreas que anteriormente eram quase intocadas pelas problemáticas e lutas sociais. Diversos espaços que anteriormente não davam abertura para discussões de ideias foram sendo penetrados pelos conflitos de natureza social e assim foi inegável a constatação de que algumas realidades, que até então eram vistas como naturais, passassem a ser questionadas e analisadas de modo que propostas fossem sendo apresentadas para modificações.

Assim, se incrementa o movimento feminista. Buscando, com o passar dos anos, formas de contestar algumas realidades e propor mudanças para alguns questionamentos de natureza sociais. Esse movimento surge na coletividade e busca manter essas provocações em nível estrutural. Contudo, a sociedade que se apresenta tem estruturas próprias que historicamente redefine as categorias analíticas, e assim, determina lugares e posições sociais. Tudo isso se apresenta como natural e de ordem, a agregação e segregação acaba sendo passada como questão tradicional.

As sociedades contemporâneas e complexas dos anos 70, de acordo com os estudos de Meluci (1989), apresentam a agregação social como componente estável e irreversível dos sistemas sociais. A política, a cultura, a modernização institucional, se redefiniram em função da abertura de agrupamentos e seleções de elites. Sendo assim, o controle de complexidade tem que se ocupar cada vez mais das formas tradicionais de organização política.

Tendo os movimentos sociais como uma resposta aos interesses desta sociedade e dos agrupamentos que são impostos naturalmente como verdades, as contestações e lutas carecem de fundamentação e argumentação sólidas. Caso contrário correm o risco de desviarem-se dos interesses coletivos e focarem em interesses próprios, um erro quando se pensa nas problemáticas sociais.

Muitas contribuições recentes assumem a importância da ação coletiva, enfatizando mais as oportunidades e coerções do que as orientações subjetivas³. Contudo, a ideia de movimentos sociais é muito complexa, como definir de fato se possuem diferentes abordagens? Vários autores tentam isolar alguns aspectos dos fenômenos coletivos como forma de categorizar os

³ Tarrow (1983), apontou que o campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis que existem. Os movimentos são difíceis de comparar pois possuem diferentes abordagens. Os vários autores tentam isolar alguns aspectos empíricos dos fenômenos coletivos, mas como cada autor acentua elementos diferentes, dificilmente se pode comparar definições.



existentes, mas cada autor usa elementos diferentes para essa categorização, dificilmente se pode comparar definições (MELUCI, 1989).

Atualmente podemos observar a formação de uma esfera de conflitos diferente do que se observava anteriormente. As propostas sociais seguem as inquietações do tipo de sociedade que se apresenta. Com os movimentos sociais essa questão não se torna uma exceção. Naturalmente, proposições que seriam do século passado podem não ser situações atuais e que careçam de intervenção. Sendo assim, o processo de luta é contínuo.

Assim acontece também dentro das categorias. No tocante a gênero e raça, notou-se com o passar dos anos que não se tinha uniformidade nas reivindicações de lutas. Enquanto a mulher branca reivindica uma situação de sua própria vivência, a mulher negra carece de outras colocações.

De acordo com Santos (2009), os trabalhos de Rosália Lemos (1997), Eliane Santos (2002), e Raquel Barreto (2005), dentre outros, apontam a década de 1970 como o período em que as mulheres negras alavancaram seu processo organizativo, tendo como resultado o impulsionamento da organização de mulheres negras contemporâneas. As primeiras expressões deste movimento foram a Reunião de Mulheres Negras Aquatume (Reunima), na cidade do Rio de Janeiro, em 1978 e as organizações de grupos de mulheres que seguiram esse movimento, a exemplo do conselho nacional de mulheres negras, fundado também no Rio de Janeiro.

Do mesmo modo foi possível constatar que dentro do movimento negro as questões da mulher negra também apresentavam especificidades que o próprio movimento não atendia. Os principais entraves das mulheres negras em relação ao movimento negro, segundo Santos (2009), era a necessidade de atuarem de forma mais ativa na luta política, contrapondo-se aos papéis que eram atribuídos a elas, como cozinhar, limpar e secretariar. Essa situação fica evidente a partir da década de 70 e com isso, distingue-se dentro do movimento negro a categoria de gênero e raça de modo efetivo.

A partir de então, segundo Lemos (1997), há uma separação definitiva entre as feministas negras e brancas com o IX Encontro Nacional Feminista que aconteceu em Garanhuns PE. Como também, há essa diferenciação dentro do movimento negro. A mulher negra rejeita o projeto que tenta homogeneizar todas as demandas como igualitárias com interesses coletivos. Há diferenciações que são próprios de sua realidade e homogeneizar acaba deixando de lado diferenças cruciais entre as categorias.

Como discute Gonzales (1988), articulando que há um apagamento proposital do feminismo e conseqüentemente das conquistas pessoais de mulheres, bem como das histórias de lutas do movimento negro e do feminismo negro brasileiro. Se faz necessário repensar essas narrativas



produzidas e aliá-las ao interesse comum. A participação feminina negra é uma consciência que circunda o feminismo hegemônico. Não se consolidando assim, em subcategorias, mas em unificações que se pretende desenvolver para que o benefício seja comum. As mulheres brasileiras têm uma extensa história de participação social que consiste em lutas e aquisição de direitos das classes menos beneficiadas (COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2004).

Mulheres Doutoradas Negras nas Ciências da Natureza

A observação do lugar da mulher negra na sociedade é um dos preceitos fundamentais quando se fala na luta por direitos sociais. Onde estão estas mulheres? Que tipo de atividade exercem? Como estão sendo remuneradas? Quais os benefícios atribuídos a elas? Como estas se relacionam entre si e com os demais? Todas estas questões nos remetem a perceber que a participação feminina em alguns setores sociais está sendo negligenciada, mas a participação da mulher negra está silenciada com mais veemência. Como no caso de onde estão as doutoras negras nas Ciências da Natureza?

Para Fanon (2020) as mulheres foram infantilizadas, de modo que seus anseios e desejos pessoais foram submetidos a interesses de outras pessoas, sejam elas os pais, os maridos, ou irmãos, sempre haveria uma proposição de outros desejos sobre as suas conquistas. Fato é que historicamente as mulheres negras foram apagadas do processo civilizatório, sempre foram vistas como seres inferiores, menores, que não cresceram e não podem ser inseridos como os demais seres evoluídos. O sistema de dominação ao qual as mulheres negras foram submetidas as classificaram como incapazes e sendo assim, inferiores.

Para Davis (2016), a inobservância do lugar das mulheres negras na sociedade atual e nos percursos trilhados historicamente, bem como nos projetos que pensaram e pensam a formação do Brasil, vem adiando um diagnóstico mais preciso sobre as relações pessoais nas desigualdades, na discriminação, na pobreza, dentre outras variáveis. Portanto, torna-se urgente o pensamento acerca de onde estão estas mulheres e como se relacionam com a sociedade. As mulheres tiveram papéis definidos durante todos os períodos civilizatórios. A negra foi escravizada, estuprada, mutilada, massacrada e conseqüentemente teve seus direitos negados, era tratada como um ser inferior e sem dotação para inteligência ou interferência social. Por longos períodos, esse método de subjugação de mulheres foi empregado e conseqüentemente foi apreendido como fato, sendo assim, ficou invisível para a sociedade (FANON, 2020).

Diversos estudos contemporâneos têm chamado a atenção para o acesso diferenciado de homens e mulheres em contextos sociais distintos e esse fator se confirma historicamente.

Ainda na atualidade num levantamento breve pôde-se observar a distinção entre as áreas do conhecimento e os percentuais de participação ativa em cada área. Fato que pode ser questionado quando se compara o percentual da população ativa geral com o mesmo marcador. Como se observa na tabela 1, a proporção de mulheres pretas e pardas brasileiras por unidade da federação dos anos 2000 a 2010, notando-se que há uma equidade em todo o país, todas os estados possuem um percentual significativo de mulheres pretas e pardas que não aparecem em outros marcadores sociais.

Tabela 1: Estatísticas de Gênero no Brasil

Proporção de pessoas de 0 a 14 anos, 15 a 29 anos, 55 anos ou mais e 60 anos ou mais (%)				
Região Geográfica	Unidade da Federação	Percentual de mulheres pretas e pardas 2000	Percentual de mulheres pretas e pardas 2010	Média Efetiva de mulheres
Norte	RO	30,7	29,7	30
Nordeste	AL	29,2	27,9	29
Norte	AP	31,7	31,2	31
Nordeste	CE	29,2	27,9	29
Nordeste	MA	29,2	27,9	29
Norte	PA	29,2	27,9	29
Nordeste	PB	29,2	27,9	29
Nordeste	PE	29,2	27,9	29
Nordeste	PI	29,2	27,9	29
Nordeste	RN	29,2	27,9	29
Norte	RR	29,2	27,9	29
Nordeste	SE	29,2	27,9	29
Norte	TO	29,2	27,9	29
Centro-Oeste	GO	29,2	27,9	29
Centro-Oeste	DF	29,2	27,9	29
Sudeste	ES	29,2	27,9	29
Centro-Oeste	MS	29,2	27,9	29
Sul	RS	29,2	27,9	29
Sul	SC	29,2	27,9	29
Sudeste	MG	29,2	27,9	29
Centro-Oeste	MT	29,2	27,9	29
Sul	PR	29,2	27,9	29
Sudeste	SP	29,2	27,9	29
Sudeste	RJ	29,2	27,9	29
Nordeste	BA	30,1	28,4	29
Norte	AC	29,2	27,9	29
Norte	AM	30,8	29,8	30



FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação. Brasília, DF: Brasília; 2017. [Acesso em 2022 abril 2]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

O quantitativo de mulheres negras e pardas é expressivo no país, como nota-se na tabela 1. Sendo assim, por que existem algumas áreas que praticamente é nula a presença da mulher negra? E se elas não aparecem em alguns setores, onde estão? Desenvolvem quais atividades? Questionamentos que inquietam e fazem refletir sobre os espaços que estão sendo negados e as vozes silenciadas para atender a um determinado padrão social.

No Brasil, as mulheres ingressam tardiamente na universidade, talvez este seja um dos fatores que levam a invisibilidade feminina em algumas áreas. A mulher negra também está incluída nesta definição. Somente a partir do século XIX, as mulheres brasileiras adquirem o direito de ingresso ao ensino superior⁴. E segundo Barroso e Mello (1975) entre os anos de 1956 e 1971 houve um significativo aumento de participação de mulheres no ensino superior passando de 26% para 40% (QUEIROZ, 2001).

Quando utilizado o demarcador social de doutoras atuando na pós-graduação brasileira no ano de 2016 percebe-se a disparidade quando comparados ao quantitativo de mulheres negras no país. Como se observa na tabela 2, o quantitativo de mulheres negras que atuam nas universidades brasileiras quem tem doutorado é bem baixo e remete a discussão inicial, onde estão estas mulheres que não aparecem aqui?

Tabela 2: Doutoradas Negras docentes na Pós-graduação brasileira por unidade da federação - 2016

Região Geográfica	Unidade da Federação	Doutoras Pretas docentes na Pós-graduação 2016
Norte	RO	1
Nordeste	AL	
Norte	AP	1

⁴ Em 19 de abril de 1879, D. Pedro II faz aprovar uma lei autorizando a presença feminina nos cursos superiores. A decisão do Imperador deveu-se ao episódio vivido por Augusta Generosa Estrela, que, tendo se diplomado em Medicina, em New York, em 1876, com uma bolsa de estudos concedida pelo próprio Imperador, foi impedida de exercer a profissão ao retornar ao Brasil (Blay e Conceição, 1991).

Nordeste	CE	6
Nordeste	MA	2
Norte	PA	8
Nordeste	PB	7
Nordeste	PE	1
Nordeste	PI	1
Nordeste	RN	1
Norte	RR	
Nordeste	SE	2
Norte	TO	6
Centro-Oeste	GO	5
Centro-Oeste	DF	4
Sudeste	ES	4
Centro-Oeste	MS	13
Sul	RS	2
Sul	SC	16
Sudeste	MG	4
Centro-Oeste	MT	14
Sul	PR	65
Sudeste	SP	18
Sudeste	RJ	35

FONTE: INEP - Censo da Educação Superior 2016

Estas realidades se confirmam em diversos setores e se acentua mais em algumas regiões do país. O marcador social⁵ apresentado aqui é doutoras negras atuando na pós-graduação. Contudo, não difere de outros marcadores a exemplo de professoras negras que atuam na área de Ciências da Natureza, ou de doutoras negras que tem seus projetos financiados pelos órgãos de financiamento competentes. Fato é que a presença da mulher negra não é visível em todas as áreas sociais.

Segundo dados da UNESCO (2015), apenas 33,1% do total de graduados nas áreas das Ciências da Natureza, no Brasil, são mulheres. Além disso, a medida que a hierarquia aumenta na carreira, o número de mulheres negras se difere categoricamente quando comparado a outros grupos.

⁵ Marcadores sociais aqui utilizado como uma visão sociológica. A noção de que se baseia em elementos que podem ser tanto manifestações da natureza humana (idade, altura, gênero etc.) quanto construções sociais (classe, religião etc.). Esses fatores compõem uma espécie de sistema de classificação que cria posições, experiências e relações sociais distintas.

Tabela 3: Gênero e raça na ciência brasileira
- Número de bolsas do CNPq de 2013 a 2017, divididas em gênero, raça e tipo de bolsa

Ciências Agrárias		Ciências Exatas e da Terra		Ciências Sociais e Aplicadas		Ciências Biológicas		Ciências Humanas		Engenharias		Linguística/ Letras		Ciências da Saúde	
M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
35.303	33	28.715	55.578	202	151	45.563	28.110	37.940	24.726	24.7	40.333	12.997	7.005	4226	1830
	34		8		69					81				7,0	1,0
	3														

FONTE: Ferreira L. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. Gênero e Número. 2018 jun 20. [Acesso em 2022 jul 4]. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>

No tocante as Ciências Exatas e da Terra, como se ver na tabela 3, nota-se que a diferença entre financiamentos cedidos pelos CNPq do ano de 2013 a 2017, apenas na questão de gênero é visível. Enquanto para homens foi cedido financiamento de 55.578 bolsas, para mulheres da mesma categoria foram cedidas 28.715 bolsas. Quase a metade de financiamento de homens em comparação com as mulheres. Esta é uma situação que confirma a ideia de que existem determinadas áreas de atuação para gêneros distintos.

Apesar de se constituírem uma significativa parcela da sociedade, a mulher negra não está visível em todos os setores. O que remete a confrontar os motivos da invisibilidade aparente, conferindo com isso vantagens e desvantagens atribuídas a estas, notadamente as mulheres estão, mais que os homens sujeita ao maior número de insucessos acadêmicos e profissionais por inúmeros pré-requisitos que não serão abordados no momento.

Poderiam ser citados aqui nomes de mulheres negras que são doutoras na área de Ciências da Natureza, claramente não haveria uma exaustão nesta lista. Bem poucas são as brasileiras conhecidas que fazem parte desta área do conhecimento. Menos ainda são as profissionais que tem seus trabalhos reconhecidos dentro de carreiras masculinizadas.

Um nome claro que surge quando se fala nas doutoras negras brasileiras é Sônia Guimarães. Professora doutora, graduada em Ciências, mestre em Física Aplicada e Doutora (PhD) em Materiais Eletrônicos. Seria claramente lembrada na delimitação de raça e gênero por que tem vários trabalhos nesta área de visibilidade negra feminina. Além de ser professora Adjunta do Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA. Espaço anteriormente completamente masculinizado, fazendo desta a primeira mulher na Física deste departamento.



Sônia traz em seu trabalho, descolonizando as Ciências e as Tecnologias (que a história civilizatória negou espaços de fala para as mulheres, em especial para as negras. Afirmando que a história da África não começou com a escravidão, a humanidade é que começou na África. É graças aos povos antigos, suas descobertas, suas Ciências, suas tecnologias que hoje podemos percorrer esse trajeto dentro destes campos. A humanidade iniciou juntamente com o continente africano, os avanços iniciais foram precursores dos processos que se tem hoje. Sendo assim, a história inverteu alguns lugares de direito.

Retomando a fala inicial deste trabalho, onde Sônia Guimarães afirma “Eu sei dos números que eu represento e quero que outras mulheres olhem para mim e vejam que é possível. Eu combato todos os dias um cenário que contrasta de mim só por estar aqui, mas eu quero mais que isso. Precisamos entender que todos os ambientes são nossos e lutar uns pelos outros”. Elevando a condição de que há necessidade de representatividade negra em todas as áreas sociais. Os números são baixos, os lugares estão sendo negados, contudo, se faz necessário demonstrar os lugares de fala e direito de todos.

A doutora Sonia Guimarães representa uma área masculinizada, negada historicamente para as mulheres, restrita ainda mais para as mulheres negras. Mas, que necessita ser confrontada e questionada sobre os reais motivos destes processos de invisibilidade feminina.

Considerações Finais

Uma das primeiras considerações que emergem desta análise é que socialmente as mulheres negras estão invisíveis em áreas científicas determinadas e que esta falta de visibilidade nega lugares de fala e de direitos a todas. Assim, não é fácil compreender porque, num mundo em que a participação da mulher está cada vez mais evidente e num espaço onde elas estão ascendendo haja ainda a diferenciação de raça no tocante a igualdade de participação efetiva.

Assim, apesar do cenário brasileiro ter sido forjado sobre as desigualdades econômicas e o racismo diários, as mulheres negras tem suas experiências marcadas pela exclusão dos espaços de poder, políticos e acadêmicos, como notamos no início deste trabalho com o percurso da luta do movimento negro no Brasil e com os números de mulheres negras e pardas no nosso país e sua efetiva participação em algumas áreas da produção acadêmica.

Empiricamente se nota essas diferenças e esses distanciamentos sociais entre os demarcadores de raça e gênero. Contudo, a academia necessita está presente estas indagações e das proposições de mudanças sobre estas realidades.

Referencias

BARRETO, R. El impacto económico del racismo y sexismo sobre las mujeres afrodescendientes de América Latina y el Caribe. SEMINARIO POBREZA Y EXCLUSION DE LOS PUEBLOS Y MUJERES AFRODESCENDENTES, 2005.

BARROSO, Carmem; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 15, p. 47-77, 1975.

BLAY, Eva Alterman, CONCEIÇÃO Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 76, p. 50-56, fev., 1991

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação. Brasília, DF: Brasília; 2017. [Acesso em 2022 abril 2]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Censo da Educação Superior 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 de junho de 2022

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2020.

FERREIRA, L. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. Gênero e Número. 2018 jun 20. [Acesso em 2022 jul 4]. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Isis Internacional, Santiago, v. IX, p. 133-41, 1988.

LEMO, Rosalia O. Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro, 1997. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro

MELUCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova. São Paulo. Junho 1989. Nº 17.

QUEIROZ, Delcele M. O Acesso ao Ensino Superior: gênero e raça. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 34, p. 175-197, jan./jun. 2001



SANTOS, Eliane dos. Aparência e auto-estima: um estudo de caso do grupo Criola, 2002. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009

TARROW, S. Movimenti e organizzazione social: che casa sono, quando hanno successo. **Laboratório Político**. Vol. 2, nº1. 1983.